

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, É com satisfação que apresentamos as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020 da Unimed Saúde e Odonto S.A. ("Operadora") e o relatório dos auditores independentes.

Conjuntura econômica: Quando o ano de 2020 iniciou, as expectativas eram boas para a economia no Brasil. Passado pouco mais de um mês e com o anúncio do primeiro caso do novo coronavírus, o cenário econômico mudou radicalmente. O Brasil havia projetado crescimento para o PIB em 2020, ocorrendo o contrário. O PIB do país fechou negativo em 4,3%. Mesmo negativo o fechamento ainda ficou satisfatório, dentre as principais economias globais que tiveram quedas maiores. A revisão na estimativa do PIB pós pandemia previa uma queda maior para o Brasil, mas a recuperação no segundo semestre, trouxe otimismo para o mercado interno. O IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo fechou o ano em 4,52%, pouco acima da meta estipulada de 4,31%. O desemprego foi o mais afetado no ano, chegou a 14,3% em 2020 frente a 11,9% em 2019, o aumento foi reflexo das políticas de *lockdown* estabelecidas pelos governantes. A taxa de juros fechou o ano de 2020 em 2,0%. O ano de 2020 trouxe grandes desafios para

o segmento de planos exclusivamente odontológicos, com crescimento no número de beneficiários de 4,7% o ano finalizou com 27,0 milhões de beneficiários. **Desempenho Econômico-Financeiro:** A Operadora encerrou o ano de 2020 com R\$ 110,9 milhões em contraprestações líquidas, apresentando um crescimento de 22,6% em relação ao exercício anterior. Os eventos indenizáveis liquidados totalizaram R\$ 41,0 milhões (R\$ 40,8 milhões em 2019), com sinistralidade de 38,9% (47,4% em 2019). O resultado financeiro alcançou R\$ 2,8 milhões em 2020, queda de aumento de 36,7% em relação ao exercício anterior. A queda na taxa de juros e as incertezas no mercado financeiro pela pandemia, ocasionaram a piora do resultado. As despesas administrativas e as receitas e despesas operacionais registraram um aumento de 47,3%, totalizando R\$ 37,3 milhões em 2020 (R\$ 25,4 milhões em 2019). O aumento decorreu de ações para melhorias sistêmicas e ações contra a pandemia. Os ativos totais totalizaram R\$ 100,8 milhões ao final do exercício de 2020 (R\$ 85,9 milhões em 2019), o que representa um aumento de 17,3%. O aumento decorre do crescimento da carteira de investimentos, devido ao menor desdobramento para pagamentos de eventos indenizáveis, além do

crescimento da operação odontológica. Em 2021, a Operadora busca consolidar a marca Unimed Odonto nas principais regiões do país, com atuação principalmente no Sistema Unimed. **Premiações:** A Operadora utiliza em sua estrutura corporativa, os benefícios e premiações de sua controladora. Segundo levantamento realizado pelo UOL e Fundação Instituto de Administração (FIA), a Seguros Unimed, grupo econômico em que a Operadora faz parte é a "**Mais Incrivei em Employee Experience**" e vice-campeã entre os "**Lugares mais incriveis para trabalhar**" no país. A premiação destaca as empresas brasileiras com os mais altos níveis de satisfação entre os seus colaboradores. A Operadora é **Top Of Mind** no litoral paulista, na categoria planos odontológicos, premiação conduzida pelo jornal A Tribuna, sendo a Operadora a marca mais lembrada em saúde bucal. Um reconhecimento que demonstra o seu compromisso com a excelência dos serviços e com a satisfação dos beneficiários da região. **Investimentos:** A Administração da Seguradora declara que tem capacidade financeira e condições de manter os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, observando os prazos contratados para cada um dos investimentos, de acordo com as

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Notas	2020	2019
Contraprestações efetivas de plano de assistência odontológica		105.313	86.195
Receitas com operações de assistência odontológica		110.907	90.467
Contraprestações líquidas	18.a	110.907	90.467
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência odontológica da operadora	18.b	(5.594)	(4.272)
Eventos indenizáveis liquidados		(41.020)	(40.828)
Eventos conhecidos		(40.836)	(40.203)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		(184)	(625)
Resultado das operações com planos de assistência odontológica		64.293	45.367
Outras receitas operacionais de planos de assistência odontológica	18.e	128	99
Outras despesas operacionais com plano de assistência odontológica	18.e	(6.134)	(4.043)
Outras despesas de operações de planos de assistência odontológica		(5.726)	(3.783)
Provisão para perdas sobre créditos		(408)	(260)
Outras despesas operacionais de assistência odontológica não relacionada com planos odontológicos da operadora	18.e	(187)	(1.283)
Resultado bruto		58.100	40.140
Despesas de comercialização	18.d	(12.726)	(9.650)
Despesas administrativas	18.f	(31.137)	(20.125)
Resultado financeiro líquido		2.770	4.379
Receitas financeiras		5.667	4.729
Despesas financeiras		(2.897)	(350)
Resultado antes dos impostos e participações		17.007	14.744
Imposto de Renda	19	(3.283)	(2.600)
Contribuição Social	19	(1.220)	(996)
Impostos diferidos		559	-
Participações sobre o lucro		(488)	(465)
Resultado líquido		12.575	10.683
Quantidade de ações	16.a	100.000.000	100.000.000
Lucro por ação		0,13	0,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Notas	2020	2019		Notas	2020	2019
Ativo				Passivo			
Circulante		80.000	67.853	Circulante		16.817	14.332
Disponível		1.846	2.079	Provisões técnicas de operações de assistência odontológica	11	10.755	9.879
Realizável		78.154	65.774	Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)		410	310
Aplicações financeiras	5	73.723	59.310	Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		5.805	5.213
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		2.696	2.184	Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		4.540	4.356
Aplicações livres		71.027	57.126	Débitos de operações de assistência odontológica		1.734	1.702
Crédito de operações com planos de assistência odontológica		1.708	1.501	Contraprestações a restituir		-	5
Contraprestação pecuniária a receber	6	1.581	1.372	Receita antecipada de contraprestações		16	20
Contraprestações corresponsabilidade assumida	6	124	129	Comercialização sobre operações	13	1.718	1.677
Outros créditos de operações com planos de assistência odontológica		3	-	Tributos e encargos sociais a recolher	12	1.414	836
Despesas diferidas	7	1.232	3.099	Débitos diversos	14	2.914	1.915
Créditos tributários e previdenciários	8	1.040	1.222	Não circulante		4.714	3.425
Bens e títulos a receber	9	451	639	Provisões	15	4.604	3.425
Despesas antecipadas		-	3	Provisões para ações judiciais		4.604	3.425
Não circulante		20.835	18.095	Débitos diversos		14	110
Realizável a longo prazo		20.053	17.508	Patrimônio líquido		79.304	68.191
Aplicações financeiras	5	17.783	16.080	Capital social	16	68.134	68.134
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		11.771	14.035	Reservas		11.292	117
Aplicações livres		6.012	2.045	Reservas de lucros		11.292	117
Créditos tributários e previdenciários	8	892	273	Ajustes de avaliação patrimonial		(122)	(60)
Dépósitos judiciais e fiscais	14	1.378	1.155				
Imobilizado	10.a	319	133	Total do passivo e do patrimônio líquido		100.835	85.948
Imobilizado de uso próprio		319	133				
Imobilizado hospitalares / odontológicos		45	33				
Imobilizado não odontológicos		274	100				
Intangível	10.b	463	454				
Total do ativo		100.835	85.948				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Avaliação patrimonial	Resultado do exercício	Total
		Legal	Investimento e capital de giro			
Saldos em 31 de dezembro de 2018	68.134	-	-	43	(10.551)	57.626
Ajuste de títulos e valores mobiliários	-	-	-	(103)	-	(103)
Lucro do exercício	-	-	-	-	10.683	10.683
Proposta de destinação do lucro:						
Reserva legal	-	6	-	-	(6)	-
Dividendos	-	-	-	-	(15)	(15)
Reserva estatutária	-	-	111	-	(111)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	68.134	6	111	(60)	-	68.191
Ajuste de títulos e valores mobiliários	-	-	-	(62)	-	(62)
Lucro do exercício	-	-	-	-	12.575	12.575
Proposta de destinação do lucro:						
Reserva legal	-	629	-	-	(629)	-
Dividendos	-	-	-	-	(1.400)	(1.400)
Reserva estatutária	-	-	10.546	-	(10.546)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	68.134	635	10.657	(122)	-	79.304

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Unimed Saúde e Odonto S.A. (doravante denominada por "Operadora"), registrada na ANS sob nº 41680-1, é uma Operadora de planos odontológicos que tem como missão tornar acessível à sociedade soluções em saúde bucal, baseada no modelo de atenção integral da saúde, com excelência no atendimento e valorização do profissional, e que faz parte do Sistema Cooperativo Unimed, que é formado pelas cooperativas e por empresas que atuam sob a denominação Unimed, pelas suas federações, pela confederação nacional e por médicas associadas. A Operadora atua de forma integrada com esse conjunto de organizações e mantém com elas diversas operações. A Operadora compartilha com sua Controladora direta e indireta, Unimed Seguros Saúde S.A. e Unimed Seguradora S.A., certos componentes da estrutura operacional e administrativa, sendo o custo correspondente atribuído a cada uma das empresas segundo critérios estabelecidos pela Administração. A Operadora é controlada direta da Unimed Seguros Saúde S.A. e controlada indireta da Unimed Seguradora S.A., cujo controle final pertence à Unimed Participações S.A. A Operadora é uma sociedade por ações e está subordinada às diretrizes e normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), à qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos odontológicos, de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

2 BASE PARA PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Resolução Normativa ANS nº 435, de 23 de novembro de 2018 e alterações posteriores, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela ANS. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2021. **b. Base para preparação:** Na elaboração das presentes demonstrações financeiras foi observado o modelo de publicação contido na Resolução Normativa nº 435/2018, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. **c. Continuidade:** A Administração considera que a Operadora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Operadora continuar operando, portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **d. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens no balanço patrimonial: • Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ativos financeiros disponíveis para venda; e • Provisões técnicas, mensuradas de acordo com nota técnica atuarial. **e. Moedas funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Operadora. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **f. Utilização de estimativas e julgamento:** As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as normas referendadas pela ANS, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os quais exigem que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revistas periodicamente. Ajustes ou efeitos das revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas: 5 - Aplicações financeiras; 6 d - Provisão para perdas sobre créditos; 7 - Despesas diferidas; 8 - Créditos tributários e previdenciários; 12 - Movimentação das Provisões técnicas e 15 - Provisões para ações judiciais, incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. **g. Separação entre circulante e não circulante:** A Operadora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando estes atendem às seguintes premissas: Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional (12 meses) da Operadora. O que não se caracteriza dentro do ciclo operacional de 12 meses é classificado como não circulante. **h. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Operadora:** Novas normas ou alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2019 quando referendadas pela ANS. Entre aquelas que podem ser relevantes para a Operadora, encontra-se: (i) **CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros introduziu um novo requerimento para a classificação e mensuração de ativos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39 (CPC 38). O CPC 48 será aplicável quando referendado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). (ii) **CPC 6 (R2) - Operações com arrendamento mercantil:** A IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial das companhias arrendatárias, reconhecendo um ativo de direito de uso, que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado, e um passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o CPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em e após 1º de janeiro de 2019. O CPC 6 (R2) será aplicável quando referendado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Os estudos relacionados ao IFRS 16, inicialmente elaborados pela Operadora não indicam ajustes significativos. Os estudos relacionados ao IFRS 16, inicialmente elaborados pela Operadora não

indicaram ajustes significativos. (iii) **IFRS 17 - Contratos de Seguros:** A IFRS 17 - Contratos de Seguros, divulgada em 2017, veio para substituir a IFRS 4 apresentada em 2004 como norma interina. A IFRS 17 é mais abrangente e contempla o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. A norma combina uma mensuração do balanço patrimonial dos passivos de contratos de seguro com o reconhecimento do lucro pelo período em que ocorrer a vigência do contrato. A ANS ainda está em processo de avaliação à aplicação da norma, sem a divulgação de datas para adoção. A norma é efetiva para períodos anuais com início em e após 1º de janeiro de 2023. O IFRS 17 será aplicável quando referendado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Representam numerário disponível em caixa e em contas bancárias. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Operadora para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo. **b. Ativos Financeiros:** A Operadora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. (i) **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Operadora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, e mudanças em seu valor justos desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. (ii) **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. (iii) **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos não derivativos que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas nos resultados abrangentes e registradas no patrimônio líquido pelo valor líquido dos respectivos efeitos tributários sobre os ganhos (perdas) não realizados. Quando um investimento é realizado, o saldo acumulado e os juros são transferidos para o resultado. (iv) **Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Esses ativos são deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e compreendem, substancialmente, "Contraprestações pecuniárias a receber". **c. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas de valor (redução ao valor recuperável) dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida no patrimônio líquido para o resultado. As perdas dos demais ativos não reconhecidas no resultado e refletidas em conta reduzida do ativo correspondente, quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição da perda de valor é revertida e registrada no resultado. **d. Redução ao valor recuperável de contraprestações a receber:** A Operadora reconhece uma provisão para perdas sobre créditos referentes a contraprestações a receber com base em estudo e acompanhamento mensal de inadimplência histórica, e a mensuração considera a totalidade dos prêmios a receber vencidos acima de 30 dias. **e. Ativo imobilizado:** Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, sendo depreciados conforme se segue: • Bens móveis: 5 a 10 anos; • Instalações: 5 a 10 anos; e • Outros: 5 a 10 anos. **f. Ativos intangíveis:** Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Operadora, são reconhecidos como ativos intangíveis quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir o desenvolvimento e que benefícios econômicos futuros serão gerados. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com terceiros e equipes internas alocadas no desenvolvimento de software. Outros gastos com desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. A Operadora revendeu a vida útil estimada de seus ativos intangíveis e os prazos não sofreram alterações. Os ativos intangíveis são amortizados pela vida útil estimada, que é de aproximadamente 5 anos a partir da data em que o sistema entre em operação e são avaliados para impairment, caso haja indicativo de perda. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos com aquisição de carteira de clientes são classificados como ativos intangíveis. A amortização é realizada pelo prazo máximo de cinco anos, levando-se em consideração o número de beneficiários da carteira desde a aquisição. Mensalmente é realizado o acompanhamento do número de beneficiários e todas as exclusões no número de beneficiários da carteira adquirida é ajustado proporcionalmente ao saldo residual, ajustando a amortização do período. **g. Despesas diferidas:** Compreendem as comissões relativas ao custo de aquisição dos contratos odontológicos, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do período de cobertura. Todas os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos. **h. Provisões técnicas de operação de assistência odontológica:** As provisões técnicas são constituídas em consonância com as notas técnicas atuariais e determinações contidas nas normas da ANS. • A provisão de contraprestações

ção não ganha é constituída com base nas contraprestações apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário "pro rata die" do período de cobertura individual de cada contrato em pré-pagamento, a partir do primeiro dia de cobertura e as contraprestações emitidas antecipadamente ficam pendentes nas contas de compensação até o início de cobertura; • A provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais é constituída pelo valor a pagar cobrado pelo beneficiário, com base nos documentos recebidos até a data do balanço. O valor contabilizado na rubrica "Recuperação de sinistros" corresponde às glosas e às recuperações de coparticipação; e • A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), é calculada tomando por base o desenvolvimento matemático de triângulos de "run-off" para o período de 18 meses, utilizando o método *Benkander-Hovinen* permutando os métodos *Chain-Ladder* e *Bornhuetter-Ferguson*. **i. Teste de Adequação dos Passivos (TAP):** De acordo com Resolução Normativa 435/2018, as operadoras de planos de assistência odontológica com mais de 100.000 (cem mil) beneficiários na data-base do encerramento do exercício social, a partir do exercício do ano de 2020, inclusive, deverão elaborar o TAP utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas para estimar o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de planos de saúde na modalidade de pré-pagamento, não sendo obrigatório o reconhecimento de eventuais deficiências apuradas nos resultados. Esse teste levou em consideração o fluxo de caixa futuro estimado, contemplando os pagamentos de sinistros futuros, de sinistros já ocorridos e ainda não pagos ou a ocorrer, prêmios futuros que não estejam contidos no PPCNG, despesas administrativas relacionadas a riscos cujas vigências tenham se iniciado até a data-base do teste, despesas alcovêres e não alcovêres relacionadas a sinistros e despesas de comercialização. Nos termos da RN 435, foram utilizadas premissas técnicas realistas de sinistralidade, cancelamentos, reajustes por faixa etária, percentual de sexo feminino/masculino e Probabilidade de Sobrevivência (BREMS-F e BREMS-M), especificadas em estudo técnico atuarial, que melhor refletissem a experiência atual observada para cada segregação. Para o desconto dos fluxos de caixa projetados foi utilizada estrutura a termo da taxa de juros (ETT) livre de risco pré-fixada definidas pela ANBIMA. Os testes foram realizados por segmentação considerando as modalidades individual, coletivo empresarial e coletivo por adesão. Na projeção para os Planos Individuais foi feito para o período de 8 anos e nos Planos Coletivos foi feito a projeção de 12 meses a partir do início de vigência do contrato, não foi considerado renovação de contrato. Em 31 de dezembro de 2020, o resultado do teste de adequação do Passivo Total não apresentou insuficiência. Realizando análise do teste por modalidade, não foi observada insuficiência. **j. Benefícios aos empregados:** (i) **Obrigações de curto prazo a empregados:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. (ii) **Planos de contribuição definida:** A Operadora oferece aos seus diretores contagem de aposentadoria sob a forma de renda mensal temporária pelo prazo de 12 meses na modalidade de contribuição definida. A Operadora também é patrocinadora de plano de previdência complementar administrado pela própria Operadora para seus funcionários, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas pela empresa patrocinadora. A idade mínima para o recebimento dos benefícios é de 60 anos, respeitando o período mínimo de cinco anos de contribuição ao plano. As obrigações atuariais do PGBL estão integralmente cobertas pelo FIE correspondente. Outros benefícios de curto prazo, tais como Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Seguro de Vida e de Acidentes Pessoais, Convênio Farmácia, Previdência Privada Voluntária, Auxílio Creche e Babá, Vale Transporte, Convênio Estacionamento, Vale Refeição e Vale Alimentação são oferecidos aos funcionários e são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. **k. Provisões judiciais, ativos e passivos contingentes:** A Operadora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado, e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação. A Operadora utiliza como critério efetuar a reserva sempre que a avaliação do prognóstico de perda realizada pelos assessores jurídicos for determinada como "possível" ou "provável". Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Operadora possa ser obrigada a realizar em função do desfecho de ações judiciais em curso de natureza civil não relacionada a sinistro, fiscal e trabalhista. As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. **l. Reconhecimento de receita: (i) Reconhecimento de contraprestação emitida de contratos de planos odontológicos -** as receitas de contraprestações dos contratos de planos odontológicos são reconhecidas proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco dos respectivos contratos. (ii) **Receita de juros -** as receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados de valor justo por meio do resultado) são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por impairment, a Operadora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. **m. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, o percentual mínimo é de 10% com base no estatuto social da Operadora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que são aprovados na Assembleia Geral Ordinária. **n. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** A provisão para impostos de renda do exercício e diferido foi calculada a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que exceder R\$ 240 no exercício, e a contribuição social sobre o lucro do exercício e diferido foi calculada a alíquota de 9%. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

continuação

Impacto sobre lucro e patrimônio líquido, líquido dos impostos e contribuições:

Classe de ativo	Alocação	Impacto sobre lucro e patrimônio líquido/resultado		Taxa de lucro líquido	
		1%	-1%	10%	-10%
Títulos Pós Fixados					
Disponível para venda	16.271	163	(163)	-	-
Avaliados a valor justo	54.409	544	(544)	-	-
Títulos Pré Fixados					
Até o vencimento	2.008	-	-	-	-
IPC					
Disponível para venda	8.763	(10)	10	-	-
Até o vencimento	2.501	-	-	-	-
Avaliados a valor justo	234	2	(2)	-	-
IGF-M					
Até o vencimento	1.333	-	-	-	-
Renda Variável					
Disponível para venda	5.987	-	-	599	(599)
Avaliados a valor justo	-	-	-	-	-
Impacto no Patrimônio Líquido					
Impacto no Resultado	-	153	(153)	-	-
Impacto Líquido de Impostos PL	-	546	(546)	599	(599)
Impacto Líquido de Impostos Resultado	-	101	(101)	395	(395)
Total	91.506	360	(360)	395	(395)

(iii) Limitações da análise de sensibilidade: O quadro acima demonstra o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também observar que essas sensibilidade não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e

controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser revistas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **c. Risco de liquidez: (i) Gerenciamento do risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos. Para mitigar este risco, frequentemente são realizados estudos do fluxo de caixa, tendo como finalidade estabelecer o controle de possíveis descasamentos entre os ativos negociáveis e passivos exigíveis (prazos de liquidação de direitos e obrigações, bem como da liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras). Adicionalmente, é mantida uma "Carteira de Liquidez", com uma parcela das aplicações financeiras alocadas em ativos de liquidez imediata, com o objetivo de manter a liquidez em níveis mínimos necessários de maneira a honrar os seus compromissos de curto prazo. **Ativos financeiros:**

Liquidez	2020		2019	
	Valor	%	Valor	%
Imediata	5.408	6%	14.956	19%
1 a 30 dias	36.238	37%	1.582	2%
31 a 60 dias	17.041	18%	33.181	42%
61 a 90 dias	1.120	1%	7.465	9%
91 a 120 dias	-	-	225	-
121 a 150 dias	1.205	1%	2.023	3%
151 a 180 dias	-	-	349	-
181 a 365 dias	16.716	18%	208	-
Mais de 365 dias	17.783	19%	19.620	25%
Totais	95.511	100%	79.609	100%

Inclui aplicações financeiras, contraprestações a receber, títulos e créditos a receber e outros valores e bens. **(ii) Conciliação dos Ativos e Passivos:** A nota a seguir demonstra o aging das operações de todas as classes de ativos e passivos financeiros e planos odontológicos detidos pela Operadora.

Ativos financeiros	Sem vencimento	Vencidos		A vencer em até 1 ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer acima de 5 anos	Total
		até 1 ano	acima de 1 ano				
Disponível	1.846	-	-	-	-	-	1.846
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	60.302	-	-	-	-	32	60.330
Títulos públicos a	-	-	-	-	-	328	-
Quotas de fundos de investimento abertos	-	-	-	-	-	60.302	-
Ativos financeiros disponíveis para a venda	8.763	-	-	3.208	13.063	-	25.034
Títulos privados	-	-	-	3.208	13.063	-	-
Quotas de fundos de investimento abertos	-	-	-	-	-	8.763	-
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	-	-	-	-	-	-
Títulos privados	-	-	-	1.122	3.387	1.333	5.842
Crédito de operações com planos de assistência odontológica (*)	-	422	-	1.286	3.387	1.333	1.708
Contraprestação pecuniária a receber	-	422	-	1.159	-	-	-
Contraprestação corresponsabilidade assumida	-	-	-	124	-	-	-
Outros créditos de operações planos de assistência Odontológica	-	-	-	3	-	-	-
Bens e títulos a receber	-	333	6	112	-	-	451
Títulos públicos a	-	755	6	16.450	1.661	-	95.511
Total dos ativos financeiros e de seguros	70.911	755	6	16.450	1.661	95.511	95.511

Passivos financeiros

Provisões técnicas de operações de assistência odontológica	Sem vencimento	Vencidos		A vencer em até 1 ano	A vencer entre 1 e 3 anos	A vencer acima de 5 anos	Total
		acima de 1 ano	até 1 ano				
Debitos de operações de assistência odontológica	4.540	-	-	-	6.215	-	10.755
Tributos e contribuições a recolher	-	-	-	-	1.734	-	-
Debitos diversos	-	71	1.505	-	1.414	-	3.024
Obrigações com pessoal	-	-	-	-	1.189	-	1.189
Fornecedores	-	4	99	-	110	-	336
Depósitos de terceiros	-	67	-	-	26	-	140
Outros debitos a pagar	-	71	1.406	-	110	-	1.597
Total dos passivos financeiros e de seguros	4.540	71	1.505	10.701	110	-	16.927

d. Risco de crédito: O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Operadora a incorrer em perdas financeiras. Os critérios para a escolha dos emissores dos ativos de crédito passam por uma avaliação interna onde os investimentos (ou reinvestimentos) são realizados somente com contrapartes com alta qualidade de rating de crédito, e têm seus ratings avaliados por agências renomadas atuantes no mercado (Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's). A exposição da Operadora e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas, revisadas e aprovadas pelo Comitê de Investimentos. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a carteira de ativos financeiros da Operadora está alocada nas instituições com as seguintes classificações de risco: **Rating dos ativos financeiros:**

	2020	2019
Nota	95.511	79.609
Superior	328	6.040
AAA	3.770	4%
AA	19.870	21%
A	4	9,874
Sem Classificação (*)	71.539	75%
Total	95.511	100%

Inclui fundos abertos, contraprestações a receber, títulos e créditos a receber e outros valores e bens. O risco de crédito de contraprestações a receber é observado e calculado com base nas probabilidades de perdas sobre créditos a receber, estando, desta forma, associado a possível inadimplência dos clientes. O cálculo e impacto desta inadimplência, refletido na Provisão para Perdas Sobre Créditos (PPSC) na rubrica de contraprestações a receber pode ser observado na nota 6 - Créditos de operações com planos de assistência odontológica. **Risco de concentração de investimentos:** Possibilidade de agravamento das perdas no valor da carteira, causado pela não diversificação dos investimentos. Para mitigar este risco, a Operadora segue os limites estabelecidos pela legislação vigente e possui uma política de investimentos com os limites estabelecidos. **e. Risco operacional:** Risco operacional é a possibilidade de perda decorrente de processos internos inadequados ou deficientes, erros, fraudes ou falhas nas operações ou eventos externos que causam prejuízos às suas atividades normais ou danos aos seus ativos financeiros. **Controle do risco operacional:** A metodologia de Gestão de Riscos da Unimed Saúde e Odonto S.A. tem como base os componentes e princípios do framework do COSO ERM e COSO 2013, que tem como objetivo propiciar uma gestão integrada e eficaz, em linha com as melhores práticas utilizadas no mercado nacional e internacional para proposição e implementação do modelo corporativo de gestão de riscos, controles e segurança. O processo de gestão de riscos da Unimed Saúde e Odonto S.A. é conduzido pela Área de Gestão de Riscos e está estruturado da seguinte forma: **(i) Identificação dos riscos:** O objetivo desta etapa consiste na descrição da metodologia a ser aplicada pelas equipes de Processos e Gestão de Riscos no apoio às áreas de negócio e apoio, para identificar, mapear e associar os riscos aos subprocessos da Operadora. Podemos separar a etapa de identificação em outras atividades principais: • Mapear os processos; • Identificar os riscos e fatores de riscos; • Identificar os

controles e associá-los aos riscos; • Identificar normas e regulamentações; • Identificação de deficiências. **(ii) Mensuração e avaliação:** O objetivo desta etapa consiste na descrição da metodologia a ser aplicada pela área de Gestão de Riscos no suporte às áreas de negócio e apoio, para mensurar e avaliar os riscos da Operadora. Destacamos as principais atividades desta etapa: • Classificação do impacto e frequência da ocorrência dos eventos de perda identificados; • Realização da auto avaliação do ambiente de controles internos; • Realização de testes de controle e testes de aderência; • Avaliação dos riscos de acordo com os indicadores e • Avaliação dos riscos residuais. **(iii) Resposta ao risco (mitigação e controle):** Para os riscos identificados sem controles associados e/ou controles testados e considerados inefetivos, sejam por falha no desenho do controle ou falta de eficiência do controle, a área de Gestão de Riscos apoia os gestores das áreas de negócio e apoio na definição da resposta aos riscos. Para orientar a tomada de decisão, deve ser definida a resposta aos riscos, conforme as categorias descritas abaixo: • Evitar: não correr o risco e descontinuar as atividades que geram riscos. Evitar o risco pode implicar na descontinuação de uma linha de serviços, divisão de negócios, processos ou subprocessos; • Mitigar: ações são tomadas para reduzir a probabilidade de materialização e/ou severidade do risco. Esta resposta envolve o aprimoramento ou criação de controles e melhorias em processos ou subprocessos; • Compartilhar: atividades que visam reduzir a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do risco, por meio da transferência ou compartilhamento de uma parte do risco, por exemplo: compromisso de corresponsabilidade assumida ou outsourcing; e • Aceitar: nenhuma ação é tomada para influenciar a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do risco. Para os riscos que as áreas gestoras não optarem por "evitar" ou "aceitar", deverão ser definidos planos de ação para correção/melhoria do ambiente de controle, visando à mitigação do risco. **(iv) Monitoramento:** Tendo como base os riscos avaliados na etapa de Mensuração e Avaliação, a Área de Gestão de Riscos define indicadores com foco nos riscos prioritários (riscos considerados com impacto "alto"). Os resultados dos indicadores são acompanhados periodicamente. **(v) Reporte:** A etapa de reporte contempla a responsabilidade da área de Gestão de Riscos no apoio às áreas gestoras, assegurando o reporte do processo de Gestão de Riscos à alta Administração da Operadora. **f. Concentração de riscos:** A concentração apresentada é baseada no faturamento líquido obtido no exercício, porém, a distribuição de beneficiários é bem menos concentrada devido aos participantes dos planos de saúde empresarial, não estando situados na mesma localização de seus empregados.

Distribuição de contraprestação de assistência odontológica - por região geográfica

Centro-Oeste	Nordeste		Sudeste		Sul		Total geral
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
2020	11.974	11%	6.384	6%	79.024	71%	13.525
2019	11.974	11%	6.384	6%	79.024	71%	13.525

g. Principais riscos atuais: Aproximadamente 94,2% da carteira está concentrada em Planos Colegios cujos riscos são minimizados através das revisões anuais dos contratos, visando o equilíbrio atuarial. A concentração de Riscos Individuais ou Familiares é de apenas 5,8% sendo esta carteira reajustada anualmente por índice contratualmente pré-fixado.

5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a. Resumo da classificação:

Títulos	Classe	Vencimentos		Ativos		Total
		De 1 a 30 dias	Acima de 30 dias	Valor Contábil/Justo	Valor Ajustado	
Títulos	Níveis	Até 1 ano	3 anos	5 anos	Vencimento	2020
Valor justo por meio do resultado	-	-	-	328	60.302	60.630
Quotas de Fundos de Renda Variável	2	-	-	-	5.987	5.987
Quotas de Fundos de Renda Fixa	-	-	-	54.315	54.315	54.315
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	-	-	328	333	333
Disponível para venda	3.208	13.063	8.763	25.034	25.219	185
Depósito bancário a prazo (CDB)	2	-	-	5.570	5.570	5.570
Debêntures	2	401	7.158	-	7.559	7.736
Letra Financeira (LF)	2	2.807	335	-	3.142	3.150
Quotas de Fundos de Renda Fixa	-	-	-	8.763	8.763	8.763
Mantidos até o vencimento	1.122	3.387	1.333	5.842	6.571	729
Debêntures	2	-	-	3.059	3.489	4.300
Letra Financeira (LF)	2	1.122	1.661	-	2.783	3.082
Total	4.330	16.450	1.661	69.065	91.506	92.425

b. Hierarquia do valor justo: Os valores de referência foram definidos como segue: • **Nível 1:** títulos com cotação em mercado ativo; • **Nível 2:** títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e • **Nível 3:** títulos que não possuem valor justo determinado com base em um mercado observável. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não houve reclassificações entre as categorias dos referidos ativos financeiros, bem como entre níveis hierárquicos.

c. Taxa de juros contratada:

Títulos	Classe	Taxa de Juros Contratada	
		2020	2019
Quotas de Fundos de Renda Variável	Fundos de Renda Variável	5,987	5,987
Quotas de Fundos de Renda Fixa	Fundos de Renda Fixa	63,078	63,078
Depósito bancário a prazo (CDB)	Títulos Privados Renda Fixa	104,15%	CDI 5,570
Debêntures	Títulos Privados Renda Fixa	101,50%	CDI 4,805
	CDI+ 1%	2,753	2,753
	IGPM+ 1,10%	1,323	1,323
	IPC+ 6,00%	1,126	1,126
	CDI+ 3,142%	3,142	3,142
	IPC+ 6,10%	775	775
	PRE 9,86%	2,008	2,008
	100% SELIC	328	328
Total		91.506	91.506

6 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS:

Saldo Inicial do Exercício	2020		2019	
	Aplicação	Resgate	Aplicação	Resgate
75.390	148.327	77.494	134.669	(68.969)
	(534)	(778)		(534)
	9.346	4.459		3.086
	(94)	(156)		(94)
	91.506	75.390		91.506

6 CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

a. Contraprestações a receber:

Contraprestação a receber - pessoa física e jurídica	2020		2019	
	6.773	6.162	124	129
Contraprestação de corresponsabilidade assumida	(5.192)	(4.790)	-	-
(-) Provisão para perdas sobre créditos	1.705	1.501	-	-
Total	3.286	2.873	124	129

b. Movimentação de contraprestações a receber (bruto da provisão para perdas sobre créditos):

Contraprestações pendentes no início do exercício	2020		2019	
	6.291	8.081	89.873	80.963
Contraprestações emitidas	21.170	9.373	-	-
Recebimentos	(110.437)	(91.162)	-	-
Baixa contraprestações incorráveis	-	(568)	-	-
Contraprestações pendentes no final do exercício	6.897	6.291	89.873	80.963

c. Contraprestações a receber por vencimento:

Contraprestações a vencer	2020		2019	
	1 a 30 dias	12,67	890	16
31 a 120 dias	-	-	-	-
Total	12,67	906	890	16

10 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado:

Hardware	2020		2019	
	Saldo em 2019	Acquisições	Depreciação	Saldo em 2020
Móveis, máquinas e utensílios	86	208	(26)	264
Equipamentos	46	15	(18)	43
Total	133	230	(44)	319

b) Intangível:

Software	2020		2019	
	Saldo em 2019	Acquisições	Amortização	Saldo em 2020
Software em desenvolvimento	357	-	(229)	128
	97	238	-	335
Total	454	238	(229)	463

7 DESPESAS DIFERIDAS

Saldo no início do exercício	2020		2019	
	Constituição	Reversão	Constituição	Reversão
1.036 <td>3.099</td> <td>1.036 <td>3.099 </td></td>	3.099	1.036 <td>3.099 </td>	3.099	
	(3.877)	(2.439)		(3.877)
Total	1.232	3.099	1.036	3.099

8 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS